



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO  
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**PROCESSO Nº 0033323  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026**

Regido pela lei nº 14.133/21, Lei complementar nº 123/06, Decreto nº. 6.956/2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital.

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS CAMINHÕES DIVERSOS, COM MOTORISTA, A SEREM UTILIZADOS NO APOIO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DESTA MUNICÍPIO.**

**INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTE.**

**CADASTRO DAS PROPOSTAS INICIAIS ATÉ ÀS 08H29MIN DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2026, NA PLATAFORMA DE LICITAÇÕES WWW.LICITANET.COM.BR.**

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08H30MIN DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2026.**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Plataforma de licitações: <https://licitanet.com.br>

**ATO DE DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO: DECRETO Nº 7.580/2025**

**ATO DE DESIGNAÇÃO DA PREGOEIRA: DECRETO Nº 7.940/2026**

**VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$ 1.002.150,00 (um milhão dois mil cento e cinquenta reais).**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**ESCLARECIMENTOS:**

Diretamente pela plataforma de licitações – Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br> ou através do e-mail [licita2@fronteira.mg.gov.br](mailto:licita2@fronteira.mg.gov.br).

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação via Internet, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases, através do site: <https://licitanet.com.br>.

No dia, hora e local indicado e de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.

Será comunicado, via Internet através de mensagens, e pelos meios de divulgação inicial, qualquer alteração no edital que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br).

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

Com as mudanças aplicadas pela Lei Federal nº 14.133/21, salientamos a necessidade de anexar à plataforma de licitações **LICITANET**, endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>, somente a proposta, sendo a documentação anexada apenas do(s) licitantes declarados vencedores.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO  
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**PROCESSO Nº 0033323**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026**

**ÍNDICE**

- 1 - PREÂMBULO
- 2 – OBJETO
- 3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 4 - NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO
- 5 - IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
- 6 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
- 7 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITANET
- 8 - CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL
- 9 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES
- 10 - SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS
- 11 - FORMULAÇÃO DE LANCES
- 12 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
- 13 - CRITÉRIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES
- 14 - ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
- 15 - ENCAMINHAMENTO DA MELHOR PROPOSTA
- 16 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 17 - RECURSO
- 18 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 19 - CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
- 20 - GARANTIA DE EXECUÇÃO
- 21 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
- 22 - REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO
- 23 - ACRÉSCIMOS E /OU REDUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
- 24 – EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
- 25 - EXECUÇÃO DO OBJETO
- 26 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
- 27 - PAGAMENTO
- 28 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
- 29 - INFRAÇÕES
- 30 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 31 - DISPOSIÇÕES GERAIS



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO  
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**PROCESSO Nº 0033323  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**1. PREÂMBULO** - O Município de Fronteira, torna público, por determinação de seu Prefeito Municipal, que se acha aberta, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos da Lei nº 14.133/21, Leis Complementares 123/06, 147/14 e 155/16, Decreto Municipal nº. 6.956/2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, encerrando-se o prazo para recebimento da PROPOSTA, sendo:

**Cadastro das propostas iniciais até às 08h29min do dia 23 DE FEVEREIRO DE 2026. na plataforma de licitações [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).**

Abertura da Sessão Pública: **08h30min do dia 23 DE FEVEREIRO DE 2026.**

1.1. Os trabalhos serão conduzidos pela Senhora Rosaine Tiago de Oliveira Araújo, Pregoeira e pela Equipe de Apoio, integrada pelas Senhoras Karine Vanessa Luciano e Vanessa Barbosa de Oliveira Cardoso, todos designadas através do Decreto Municipal nº 7.940/2026, anexado aos autos do procedimento de contratação.

1.2. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG; através do endereço eletrônico [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br), na Plataforma de Licitações LICITANET, através do endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br) e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Fronteira, em dias e horários de expediente (08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min), a partir da data de sua publicação.

1.3. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações LICITANET, através do endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br).

1.4. A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse a plataforma de licitações ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

**2. OBJETO** - O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS CAMINHÕES DIVERSOS, COM MOTORISTA, A SEREM UTILIZADOS NO APOIO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DESTA MUNICÍPIO**, conforme condições e especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

**3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO** - Poderão participar deste Pregão Eletrônico, empresas legalmente constituídas, do ramo pertinente ao objeto licitado, que satisfaçam as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.1. **Todas as empresas que atendam o disposto no item anterior e que até às 08h29min do dia 23 DE FEVEREIRO DE 2026, cadastrem as suas propostas de preços, na forma prevista neste Edital, junto ao SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO (LICITAÇÕES) DA LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).**



3.2. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

3.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (34) 2512-6500 – Opção 2; (34) – 3014 – 6633, e-mail: [comercial@licitanet.com.br](mailto:comercial@licitanet.com.br).

3.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

### **3.6. SUBCONTRATAÇÃO:**

3.6.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, exceto na hipótese de fornecimento secundário que não integre a essência do item, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

### **3.7. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

3.7.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos bens a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

**4. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO** - Empresas com falência decretada ou concordata, salvo se em recuperação judicial e neste caso, mediante apresentação do plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente (TCU, Acórdão 1201, de 13/05/2020-Plenário e Acórdão 2265, de 22/08/2020-Plenário).

4.1. Pessoa Jurídica suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

4.2. Pessoa Jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

4.3. Pessoa Jurídica impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

4.4. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998.

4.5. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.

4.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.



4.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

4.8. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.9. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.

4.10. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

4.11. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

4.12. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

4.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

4.14. Que não atendam o disposto no item 3 deste Edital.

4.15. Empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos serviços a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de executar os serviços de forma independente.

4.16. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

**5. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO** - Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido no e-mail: [licita2@fronteira.mg.gov.br](mailto:licita2@fronteira.mg.gov.br) ou diretamente pela plataforma **SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO (LICITAÇÕES) DA LICITANET** – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), no local específico dentro do presente processo licitatório; cabendo ao Agente de Contratação decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

5.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5.3. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.





## **6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:**

**6.1. CONDUÇÃO DO CERTAME.** O certame será conduzido pela Pregoeira Oficial, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 6.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- 6.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- 6.1.3. Abrir as propostas de preços;
- 6.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 6.1.5. Desclassificar propostas, indicando os motivos;
- 6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de MENOR PREÇO POR ITEM;
- 6.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- 6.1.8. Declarar o vencedor;
- 6.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 6.1.10. Elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
- 6.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

**7. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITANET** - As pessoas jurídicas interessadas deverão nomear, através do Termo de Credenciamento, operador devidamente habilitado pela LICITANET, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

7.1. O acesso do operador ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço, lances sucessivos de preços e envio de documentação, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.2. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da LICITANET.

7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à LICITANET a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

**8. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL** - Todos os interessados poderão credenciar suas propostas iniciais, preenchendo o formulário eletrônico disponível na Plataforma Licitanet ou utilizar-se de modelo próprio, **VEDADA A SUA IDENTIFICAÇÃO**, a partir do dia **03 de fevereiro de 2026 até às 08h29min do dia 23 de fevereiro de 2026**.



8.1. A quantidade mínima a ser cotada serão aquelas previstas no Termo de Referência.

8.2. Não será admitida a possibilidade de prever preços diferentes.

8.3. Não será admitida a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência.

8.4. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, inclusive sobre o enquadramento como MEI, ME ou EPP. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.5. O preenchimento da proposta eletrônica deverá, obrigatoriamente, ser feito por meio do sistema LICITANET, contendo as especificações, marca, modelo (no que couber) e valor unitário e total do produto ofertado.

8.6. As Microempresa (ME), Microempreendedor Individual (MEI) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), será obrigatória a informação desse regime fiscal no campo próprio da plataforma ou proposta, sob pena de desclassificação de sua proposta.

8.7. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no Anexo 01.

8.8. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão. Em caso de ausência ou divergência desta informação, prevalecerá a estabelecida no edital.

8.9. O valor ofertado será considerado completo e abrange todos os tributos impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos diretos e indiretos, encargos sociais, trabalhistas, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, produtos, transporte do produto e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

**9. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES** - A partir do horário previsto no Edital e na plataforma LICITANET, para cadastramento e inclusão da proposta inicial, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando a Pregoeira a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.1. Havendo eventual empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

9.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.





9.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.2.2. Empresas brasileiras;

9.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.197, de 29 de dezembro de 2009.

9.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**10. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS** - Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixadas neste edital.

10.1. Por ação da licitante ofertante que contenham elementos que **permitam sua identificação**.

10.2. Propostas com descritivos, marcas e modelos que não atendam às especificações técnicas do Termo de Referência.

10.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.4. Propostas que após a fase de lances, permanecerem com valores superiores ao estimado pela Administração, de acordo com a pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras desta Prefeitura.

**11. FORMULAÇÃO DE LANCES** - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.1. O lance ofertado é irretratável e de inteira responsabilidade do licitante.

**11.2. O intervalo mínimo entre os lances será aquele previsto na Plataforma Licitanet.**

11.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.4. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

11.5. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.



11.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, por meio de mensagem eletrônica na caixa de mensagem (chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.

11.7. O modo de disputa será o **ABERTO**, O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática.

11.8. O sistema informará, na ordem de classificação, todas as propostas, partindo da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

11.9. A Pregoeira anunciará o licitante detentor da melhor proposta ou lance de MENOR PREÇO POR ITEM, imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

11.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também, nessa etapa, a Pregoeira poderá negociar com o participante para que seja obtido melhor preço;

11.11. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação.

**12. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO** - Para julgamento desta licitação será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com o item 8.1. do Termo de Referência.

12.1. A Pregoeira anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de MENOR PREÇO POR ITEM imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação do lance de MENOR PREÇO POR ITEM.

12.2. Se a proposta ou o lance de MENOR PREÇO POR ITEM não for aceitável, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12.3. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**13. CRITÉRIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES:** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.1. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente com valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação.

13.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



13.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito negativa;

13.4.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**14. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA** - Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1. Lista de empresas impedidas ou suspensas de participar de licitações com a administração pública do Município de Fronteira/MG.

14.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas. CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

14.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

14.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

14.5. Existindo alguma sanção aplicada à empresa, esta será declarada DESCLASSIFICADA.

14.6. Não constando nenhuma restrição no CNPJ do fornecedor, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do lance ofertado em relação ao orçamento estimado para a contratação neste Edital e em seus anexos.

14.7. Serão desclassificadas as propostas que:

14.7.1. Contiverem vícios insanáveis;

14.7.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste edital;

14.7.3. Apresentarem valores inexequíveis ou permanecerem acima do valor estimado para a contratação;

14.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.8.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.



14.9. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

14.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

14.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.12. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

14.13. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, via plataforma, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

14.14. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

14.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.16. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

14.17. A Pregoeira deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de MENOR PREÇO POR ITEM, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.18. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido MENOR PREÇO POR ITEM.

14.19. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

**15. ENCAMINHAMENTO DA MELHOR PROPOSTA** - A empresa que ofertar o MENOR PREÇO POR ITEM para o item, deverá enviar a sua proposta atualizada, **exclusivamente no Módulo PROPOSTA FINAL da Plataforma LICITANET, no prazo máximo de 02 (duas) horas**, a contar da solicitação da Pregoeira.

15.1. Encerrado o prazo previsto no item anterior, a Pregoeira procederá a desclassificação da proposta e procederá a renegociação com as propostas classificadas na ordem subsequente.

15.2. **A empresa poderá utilizar-se da proposta da Plataforma LICITANET ou do modelo Anexo III – Minuta da Proposta Atualizada**, que deverá ser assinada pelo seu representante legal, podendo ser assinaturas digitais ou manuais.



15.3. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

15.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15.6. A proposta deverá indicar a Razão Social, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

**16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** - O fornecedor será convocado a enviar a documentação no formato digital, contemplando a habilitação Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista, econômico-financeira e técnica, **no prazo de 02(duas) horas EXCLUSIVAMENTE NO MÓDULO DOCS. LEGAL da plataforma LICITANET.**

**16.1. Documentação de habilitação eventualmente enviadas no módulo PROPOSTA FINAL serão DESCONSIDERADAS.**

**16.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

16.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e deverá ser comprovada com a apresentação dos documentos abaixo relacionados, conforme o caso:

16.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

16.2.1.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

16.2.1.3. Requerimento de Empresário Individual;

16.2.1.4. Outros documentos não mencionados anteriormente.

16.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**16.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

16.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

16.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**

16.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2016;

16.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;



16.3.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

16.3.6. Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

16.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva com efeito de negativa quanto aos Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

16.3.8. Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo IV;

#### **16.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

16.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

16.4.1.1. As empresas com menos de um exercício financeiro devem apresentar Balanço de Abertura ou o último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;

16.4.1.2. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis apresentadas deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou, caso apresentadas por meio de publicação, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação;

16.4.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias do certame, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade(s) civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar certidão de objeto e pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

#### **16.5. DEMAIS DECLARAÇÕES**

16.5.1. O licitante obriga-se a declarar sob as penalidades legais, podendo ser mediante os modelos em anexo, ou pelo modelo do sistema LICITANET:

16.5.1.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas – Anexo V.

16.5.1.2. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas – Anexo VI.

#### **16.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO**

16.6.1. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão;

16.6.2. Após o encerramento do prazo para envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º);





16.6.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

16.6.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**17. RECURSO** - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o licitante que julgar necessário deverá manifestar a sua intenção de interposição de recurso, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão.

17.1. A falta de manifestação imediata da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a prosseguir com o feito.

17.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente;

17.2.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

17.2.2. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**18. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**19. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO** - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o Contrato Administrativo, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Departamento de Licitações, sob pena de decair do direito ao registro dos seus preços.

19.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2. O prazo estabelecido no item 19.1, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

19.3. O representante legal da empresa convocada para assinar o contrato, deverá apresentar a seguinte documentação:



- 19.3.1. Cópia autenticada da carteira de habilitação categoria mínimo “D” do motorista do veículo;
- 19.3.2. O vínculo do motorista com a Detentora da Ata de Registro de Preço poderá ser comprovado com a apresentação dos seguintes documentos:
- 19.3.2.1. Se sócio, cópia do contrato social ou equivalente;
- 19.3.2.2. Empregado, cópia do registro de empregado;
- 19.3.2.3. Prestador de serviços, cópia do contrato de prestação de serviços.
- 19.3.3. Cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, exercício 2026 em nome da Detentora da Ata de Registro de Preço, com categoria ALUGUEL;
- 19.3.4. Caso o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo não esteja no nome da Detentora da Ata de Registro de Preço, esta deverá apresentar documento que comprove posse ou domínio sobre o veículo a ser utilizado na prestação dos serviços;
- 19.3.5. Cópia autenticada ou original do certificado de inspeção veicular, emitido por Detentora da Ata de Registro de Preço devidamente credenciada pelo INMETRO, atestando que o veículo atende a todas as exigências legais para realizar a prestação de serviços de acordo com Termo de Referência;
- 19.3.6. PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR e GRO – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – GRO;
- 19.3.7. PCMSO (Programa de controle médico de saúde ocupacional);
- 19.3.8. ASO (Atestado de saúde ocupacional).

**20. GARANTIA DE EXECUÇÃO** - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**21. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO** - O prazo de vigência do contrato administrativo será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, de acordo com o art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**22. REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Gerenciador do contrato administrativo, do índice IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

22.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Órgão Gestor pagará à Detentora DO CONTRATO ADMINISTRATIVO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

22.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



22.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços, a requerente deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá ser comprovado cabalmente que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

22.4. Caso a Contratada seja fabricantes do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

22.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a empresa Detentora da Ata não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

22.6. A Contratada quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

**23. ACRÉSCIMOS E /OU REDUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO** – A Contratada será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**24. EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO** - Constituirão motivos para extinção do contrato as seguintes situações:

24.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

24.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

24.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

24.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

24.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

24.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

24.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

24.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

24.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.



24.10. Serão observados na rescisão do contrato os termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

24.11. A rescisão deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **25. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **25.1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO:**

25.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas no Termo de Referência (TR) e Edital e nas normas da [Lei nº 14.133/2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

### **25.2. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

25.2.1. O Contratante emitirá Ordem de Serviço (OS) individual com a identificação da Secretaria demandante para cada item licitado, para a disponibilização de cada veículo a ser alocado pela Contratada;

25.2.2. A Contratada deverá disponibilizar o veículo correspondente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da Ordem de Serviços (OS);

25.2.3. O veículo deverá ser entregue no pátio da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes, localizado na Avenida dos Esportes, nº 212 - Vila Reis, município de Fronteira/MG, devidamente abastecido, com o tanque de combustível completo;

25.2.4. O veículo deverá estar em perfeitas condições de operação e segurança, atestado pelo Certificado de Segurança Veicular (CSV), emitido por Instituição Técnica Licenciada (ITL) acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;

25.2.5. O veículo entregue passará por inspeção de recebimento para verificação de atendimento às especificações técnicas, imediatamente após o recebimento. Após aprovação, o veículo será cadastrado e encaminhado à Secretaria requisitante;

25.2.6. A inspeção de recebimento contemplará a verificação dos seguintes itens:

25.2.6.1. Documentação de licenciamento (CRLV-e) para o exercício e seguro obrigatório (DPVAT), caso aplicável e exigível pela legislação de trânsito para a categoria do veículo;

25.2.6.2. Motor e parte elétrica, incluindo vidros elétricos (quando aplicável), faróis e lanternas;

25.2.6.3. Freios, embreagem, câmbio, níveis de óleo e água e demais componentes mecânicos essenciais;

25.2.6.4. Pneus, estepe e aros de roda;

25.2.6.5. Limpadores de para-brisa, ar condicionado (quando aplicável), vidros e espelhos retrovisores internos e externos;

25.2.6.6. Condições internas, como bancos, carpetes/tapetes, instrumentos e componentes operacionais;

25.2.6.7. Cintos de segurança conforme normas vigentes;

25.2.6.8. Condições gerais da lataria e pintura;

25.2.6.9. Ferramentas e dispositivos de sinalização obrigatórios (quando aplicável), como chave de rodas, macaco hidráulico, pneu de estepe e triângulo de sinalização.



25.2.7. A inspeção de recebimento deverá ser acompanhada pelo condutor/motorista indicado pela Contratada como responsável pela operação do veículo;

25.2.8. Caso algum item seja reprovado durante a inspeção de recebimento, a Contratada deverá regularizá-lo dentro do prazo previsto para entrega;

25.2.9. Caberá à Contratada a substituição do veículo por outro equivalente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, em caso de defeito que impossibilite sua utilização. O período de inoperância será registrado pelo fiscal e descontado proporcionalmente no faturamento subsequente;

25.2.10. A execução do contrato será monitorada e fiscalizada pelo Contratante, por meio do fiscal designado ou de seus substitutos legais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 6.957/2023.

### **25.3. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

25.3.1. A Ordem de Serviços deverá ser encaminhada à Contratada com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, considerando o prazo para a entrega estabelecido no item "25.2.2.", em relação à data desejada para o recebimento do veículo;

25.3.2. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÕES DIVERSOS, COM CONDUTOR/MOTORISTA, ocorrerá de forma mensal (SE), que compreende 30 dias ininterruptos, contados a partir da data de entrega do veículo;

25.3.3. A prestação dos serviços terá início às 07h00 do 1º (primeiro) dia subsequente a realização da inspeção de recebimento. Ao término de cada período de 30 dias ininterruptos, será considerada uma nova prestação de serviços (SE) por período adicional ou fração;

25.3.3.1. Não será permitido o fracionamento na prestação de serviços (SE), sendo o período mínimo a ser faturado sempre de 30 dias;

### **25.4. DA DISPONIBILIDADE DOS VEÍCULOS:**

25.4.1. O veículo deverá permanecer exclusivamente à disposição e sob responsabilidade do Contratante durante toda a vigência do contrato, de acordo com a respectiva Ordem de Serviços, com quilometragem ilimitada;

25.4.2. A utilização dos veículos se restringirá ao USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO para atendimento das atividades da Secretaria solicitante, sendo vedado o uso para fins particulares;

25.4.3. O veículo será utilizado em atividades diversas de acordo com a demanda da Secretaria solicitante, para uso indistinto, incluindo toda a área urbana e rural do município, cidades circunvizinhas, e referências regionais, estaduais e nacionais, conforme a necessidade.

### **25.5. INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E PENALIDADE DE MULTA:**

25.5.1. Sendo o serviço prestado com condutor/motorista fornecido pela Contratada, esta assume integral responsabilidade pelas infrações de trânsito cometidas durante a efetiva execução do contrato;

25.5.2. A Contratada deverá manter o cadastro atualizado dos condutores/motoristas, garantindo a habilitação compatível Carteira Nacional de Habilitação (CNH) vigente, obrigatoriamente nas categorias "D" ou "E", conforme Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

### **25.6. MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS:**





25.6.1. A Contratada se comprometerá em manter os veículos em perfeitas condições de uso e segurança, executando todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias (mecânicas, elétricas, de funilaria, pintura e pneus), incluindo a substituição de peças por defeito ou desgaste normal de uso que prejudiquem seu bom desempenho, funcionalidade e segurança;

25.6.2. O Contratante notificará a Contratada sobre qualquer defeito no veículo, comprometendo-se a não efetuar regulagens, consertos ou substituições de peças por conta própria ou de terceiros;

25.6.3. Os profissionais e técnicos da Contratada, desde que devidamente identificados, terão livre acesso ao veículo para fins de execução de consertos ou substituição de peças;

25.6.4. Danos ou avarias no veículo comprovadamente resultantes de uso indevido, imperícia ou negligência por parte dos condutores sob responsabilidade da Contratada, implicarão em custos e responsabilidade às suas expensas;

25.6.5. Os pneus com desgaste normal de uso, caracterizado pelo atingimento do limite indicado pelo "Tread Wear Indicator" (TWI), serão substituídos pela Contratada;

25.6.6. Os pneus que apresentarem danos como cortes, bolhas, deformações, perfurações irreversíveis ou quaisquer outras avarias que comprometam sua segurança ou uso seguro, desde que comprovadamente resultantes de uso indevido, imperícia ou negligência por parte dos condutores sob responsabilidade da Contratada, implicarão em sua substituição às suas expensas;

25.6.7. Quando os veículos necessitarem de serviços de manutenção externa, a Contratada será responsável pela sua retirada e devolução;

25.6.8. A Contratada deverá substituir o veículo retirado para manutenção por outro com as mesmas características mínimas descritas no item "1.3 DAS QUANTIDADES", inclusive quanto às exigências contidas no item "4. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO", do Termo de Referência, em especial o Certificado de Segurança Veicular (CSV), emitido por Instituição Técnica Licenciada (ITL) acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;

25.6.9. As limpezas e higienizações do veículo serão de responsabilidade da Contratada.

## **25.7. GARANTIA DOS VEÍCULOS:**

25.7.1. A Contratada garante a idoneidade mecânica e documental dos veículos durante todo o contrato, respondendo civil e criminalmente por vícios ocultos ou irregularidades na procedência dos equipamentos (chassi/motor).

## **25.8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

25.8.1. Formalização do Contrato ou documento equivalente;

25.8.2. Encaminhar uma cópia do Contrato, após sua celebração, em até 10 (dez) dias úteis contados da publicação do extrato;

25.8.3. Gerenciar o Contrato, monitorando o controle e as Ordens de Serviços, bem como as quantidades e os valores a serem praticados;

25.8.4. Solicitar, acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, zelando para que as quantidades permaneçam dentro dos limites estabelecidos;





25.8.5. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar os procedimentos e a execução dos serviços, podendo rejeitá-los ou não;

25.8.6. Notificar ao representante da contratada a ocorrência de eventuais imperfeições relacionadas ao objeto contratado, estipulando prazo para sua correção;

25.8.7. Comunicar, no prazo de 5 (cinco) dias, qualquer descumprimento de obrigação por parte da Contratada, especialmente a recusa em assinar o contrato no prazo estabelecido;

25.8.8. Exigir que os documentos fiscais estejam atestados por servidor ou comissão responsável, após o recebimento definitivo dos serviços;

25.8.9. Atestar nas notas fiscais/fatura o efetiva entrega do serviço contratado;

25.8.10. Efetuar o pagamento pelos serviços prestados na data de vencimento da fatura;

25.8.11. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

25.8.12. Garantir o cumprimento das obrigações e aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento do Contrato, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

25.8.13. O Contratante terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, a execução do serviço licitado em desacordo com as exigências deste Termo de Referência (TR) dele decorrentes, total ou parcialmente, fixando prazo a seu critério para a devida notificação e regularização;

25.8.14. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

25.8.15. Assumir as despesas com combustíveis decorrentes dos abastecimentos dos veículos durante a efetiva prestação dos serviços.

## **25.9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

25.9.1. Confirmar, de forma imediata e por escrito, o recebimento de Ordem de Serviços (OS) ou documentos similares enviados pelo Contratante;

25.9.2. Cumprir integralmente as obrigações descritas no Termo de Referência (TR), Edital e seus anexos, assumindo todos os riscos e despesas decorrentes;

25.9.3. Atender a todas as Ordens de Serviços prontamente, sem postergação por revisão de preço ou fato superveniente;

25.9.4. Praticar sempre os preços contratados, de acordo com os valores vigentes no mercado;

25.9.5. Fornecer os veículos no prazo, local e condições especificados, em plena conformidade com os requisitos Termo de Referência (TR), do Edital e da legislação aplicável, incluindo normas de segurança e regulamentações específicas;

25.9.6. Responsabilizar-se pela entrega dos veículos no local designado, incluindo todos os custos logísticos;

25.9.7. Garantir a qualidade e conformidade dos veículos durante a execução do contrato, respeitando os padrões especificados;



25.9.8. Proceder à substituição ou propor a troca dos veículos sempre que forem detectados problemas mecânicos, de desgaste ou qualquer outra deficiência que comprometa a qualidade ou os requisitos de conformidade, mediante solicitação do Contratante;

25.9.9. Corrigir de forma imediata qualquer irregularidade identificada durante a execução dos serviços, garantindo a continuidade e regularidade das obrigações;

25.9.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação, incluindo a regularidade fiscal e trabalhista, atualizando certidões e documentos e apresentando-os ao setor competente no prazo solicitado;

25.9.11. Comunicar prontamente ao Contratante quaisquer alterações cadastrais para as devidas atualizações e para assegurar a continuidade do fornecimento;

25.9.12. Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de cumprimento de obrigações tributárias, trabalhistas e sociais, bem como atender a quaisquer outras exigências legais aplicáveis;

25.9.13. Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos (sociais, previdenciários, securitários e tributários) relacionados ao pessoal designado para a execução do contrato, inclusive por incidentes ou questões vinculadas à entrega dos veículos e acessórios contratados;

25.9.14. Arcar com todas as despesas associadas ao fornecimento dos veículos, incluindo tributos e encargos especificados no ETP e neste instrumento, garantindo o pleno cumprimento das obrigações contratuais;

25.9.15. Responder por eventuais danos ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão durante a execução do contrato, assumindo integralmente os valores de reparação;

25.9.16. Informar de forma imediata ao Contratante sobre qualquer indisponibilidade ou necessidade de manutenção dos veículos, apresentando comprovação técnica que justifique a impossibilidade de atendimento das obrigações contratuais;

25.9.17. O representante da contratada deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021;

25.9.18. Cumprir rigorosamente as normas e diretrizes estabelecidas pelo Contratante para a execução do contrato, incluindo procedimentos adicionais ou suplementares previstos em lei;

25.9.19. Atender com prontidão às determinações emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato, bem como por autoridade superior, fornecendo todas as informações ou documentos necessários para o acompanhamento e controle, em conformidade com o art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021;

25.9.20. Garantir o cumprimento de todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhistas, previdenciárias e comerciais previstas na legislação em vigor, sem transferir quaisquer responsabilidades ao Contratante ou a terceiros;

25.9.21. Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, os presentes serviços, nem subcontratar a prestação que está obrigada;



25.9.22. Observar e cumprir integralmente as disposições constitucionais e legais relativas à proibição do trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, bem como de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

25.9.23. Responsabilizar por todas as licenças exigidas para a prestação dos serviços, tanto nas esferas municipais, estaduais e federal;

25.9.24. Submeter-se à fiscalização por parte do Município de Fronteira, bem como às disposições legais em vigor;

25.9.25. Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações dos serviços, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil Brasileiro e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União;

**26. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** - Somente a título de informação será demonstrada a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Órgão: 02 - EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTE

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0011 – PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Projeto/Atividade: 2.014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADM, PLANEJ E FINANÇAS

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00000 – MATERIAL DE CONSUMO

Subelemento: 3.3.90.30.25.00 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

Fonte de Recurso: 1500 - RECURSOS NÃO VINICULADOS A IMPOSTOS

**27. PAGAMENTO** - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

27.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

27.1.1. o prazo de validade;

27.1.2. a data da emissão;

27.1.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

27.1.4. o período respectivo de execução do contrato;

27.1.5. o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

27.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;



27.3. O pagamento será efetuado mediante realização dos serviços objetos da presente contratação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após o ateste realizado pela comissão designada pelo Contratante. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo;

**27.4. FORMA DE PAGAMENTO:**

27.4.1. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FTGS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

27.4.2. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas;

27.4.3. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;

27.4.4. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de Internet Banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

27.4.5. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação;

**28. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO** - Ficará a cargo do senhor FLORISVALDO APARECIDO RAVAGNANI – Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Transportes, a gestão do contrato.

28.1. Ficará à cargo do senhor PEDRO MARTINS DE SANTANA – Supervisor do Setor de Controle de Frota, a fiscalização do contrato.

28.2. As obrigações decorrentes desta licitação deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, *caput*).

28.3. A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal DO CONTRATO ADMINISTRATIVO ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*), que:

28.3.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

28.3.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

**29. INFRAÇÕES** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:



29.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

29.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

29.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

29.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

29.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

29.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

29.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

29.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

29.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

29.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

29.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 25º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**30. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

30.1. Advertência;

30.2. Multa;

30.3. Impedimento de licitar e contratar e;

30.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

30.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

30.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

30.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

30.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

30.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

30.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

30.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 29% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;





30.6.1. Para as infrações previstas nos itens 29.1 à 29.6 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

30.6.2. Para as infrações previstas nos itens 29.7 a 29.11 deste Edital, a multa será de 15% à 29% do valor do contrato licitado.

30.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

30.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato, DO CONTRATO ADMINISTRATIVO ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.

30.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

30.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 29.1 à 29.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

30.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 29.7 à 29.11 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 29.1 à 29.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

30.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

30.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

30.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;

30.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

30.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**31. DISPOSIÇÕES GERAIS** - Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente de acordo com a necessidade da Prefeitura.

31.1. Caso o adjudicatário não forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.





31.2. É facultado a Pregoeira ou a autoridade competente, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

31.3. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente a execução dos serviços sem autorização expressa da Administração.

31.4. A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado, sendo garantido o recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.

31.5. A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

31.6. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

31.7. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pela pregoeira de forma exclusiva pela plataforma de licitações LICITANET.

31.8. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

31.9. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

31.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.11. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 259, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

31.12. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

31.13. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.14. O Instrumento Convocatório é parte integrante DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.



31.15. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto ao Agente de Contratação e a Equipe de Apoio, nos dias úteis, das 08h29min às 11h00min e das 13h00min às 12h00min, pelo e-mail [licita2@fronteira.mg.gov.br](mailto:licita2@fronteira.mg.gov.br) e telefone (34) 3199-9990. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através da Plataforma de licitações LICITANET. [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

31.16. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em [www.fronteira.mg.gov.br](http://www.fronteira.mg.gov.br).

*31.17. Conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, Decisão Supremo Tribunal Federal. Tema 1131 de 020 de outubro de 2021 Recurso Extraordinário nº 1.223.4253 e IN 21425 de 31 de junho de 2023: ficam os municípios OBRIGADOS a efetuar a retenção, na fonte, do Imposto de Renda;*

*31.17.1. Portanto, o Município de Fronteira/MG; efetuará as RETENÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO DE RENDA incidente sobre a prestação de serviços, devendo o credor efetuar o devido destaque da retenção nas notas fiscais, conforme consta na IN da RFB nº 1234/2012 e seu anexo I, como condição para recebimento dos valores.*

31.18. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

31.19. Integram o Presente Edital:

31.19.1. Anexo I - Termo de Referência;

31.19.2. Anexo II - Minuta Do Contrato Administrativo;

31.19.3. Anexo III - Minuta da Proposta Atualizada;

31.19.4. Anexo IV - Minuta da Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/1988.

31.19.5. Anexo V - Minuta Da Declaração Reserva De Cargos PCD;

31.19.6. Anexo VI - Minuta Da Declaração Proposta Econômica Integra Custos Para Atendimento De Direitos Trabalhistas.

Fronteira/MG; 30 de janeiro de 2026.

MÁRCIO ANTONIO FERREIRA  
Agente de Contratação



**TERMO DE REFERÊNCIA**

(Inciso XXIII do Art. 6º e §1º do Art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021)

**ESPECIFICAÇÕES/CUSTO ESTIMADO**

**PROCESSO Nº 0033323**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026**

**TIPO:** Menor Preço Por Item

**DADOS DO SOLICITANTE:** SEC. MUN. DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES;

**RESPONSÁVEL:** FLORISVALDO APARECIDO RAVAGNANI.

**LOCALIZAÇÃO:** Avenida dos Esportes, nº. 212 - Vila Reis – FRONTEIRA – MG - FONE: (34) 3199-9990

**1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO:** REFERE-SE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS CAMINHÕES DIVERSOS, COM MOTORISTA, A SEREM UTILIZADOS NO APOIO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DESTA MUNICIPALIDADE.

**1.1. DA NATUREZA DO OBJETO:**

1.1.1. Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.1.2. A contratação foi planejada de forma parcelada, atendendo ao disposto no art. 47, inciso II da Lei nº 14.133/2021, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

**1.2. DO PRAZO:**

1.2.1. O prazo de vigência da CONTRATAÇÃO será de 01 (um) ano contado do 1º dia útil subsequente à assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.2.1.1. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107 da referida Lei.

**1.3. DAS QUANTIDADES:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÃO TIPO BASCULANTE COM MOTORISTA - Caminhão de carga pesado, tipo trucado (03 eixos), tração mínima 6X2, equipado com carroceria basculante (caçamba) com capacidade mínima para transporte de até 10 m³ (dez metros cúbicos). Ano de fabricação livre, desde que atestadas as condições de segurança e operabilidade mediante Certificado de Segurança Veicular (CSV/INMETRO) atualizado.	SE	12
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÃO TIPO BASCULANTE COM MOTORISTA - Caminhão de carga pesado, tipo trucado (03 eixos), tração mínima 6X2, equipado com carroceria basculante (caçamba) com capacidade mínima para transporte de até 10 m³ (dez metros cúbicos). Ano de fabricação livre, desde que atestadas as condições de segurança e operabilidade mediante Certificado de Segurança Veicular (CSV/INMETRO) atualizado.	SE	12
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÃO TIPO BASCULANTE COM MOTORISTA - Caminhão de carga pesado, tipo trucado (03 eixos), tração mínima 6X2, equipado com carroceria basculante (caçamba) com capacidade mínima para transporte de até 10	SE	12



m<sup>3</sup> (dez metros cúbicos). Ano de fabricação livre, desde que atestadas as condições de segurança e operabilidade mediante Certificado de Segurança Veicular (CSV/INMETRO) atualizado.

4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÃO TIPO CARROCERIA ABERTA COM MOTORISTA - Caminhão de carga pesado, tipo trucado (03 eixos), tração mínima 6X2, equipado com carroceria aberta (carga seca) com no mínimo 07 (sete) metros de comprimentos. Ano de fabricação livre, desde que atestadas as condições de segurança e operabilidade mediante Certificado de Segurança Veicular (CSV/INMETRO) atualizado.	SE	12
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÃO TIPO CARROCERIA ABERTA COM MOTORISTA - Caminhão de carga pesado, tipo trucado (03 eixos), tração mínima 6X2, equipado com carroceria aberta (carga seca) com no mínimo 07 (sete) metros de comprimentos. Ano de fabricação livre, desde que atestadas as condições de segurança e operabilidade mediante Certificado de Segurança Veicular (CSV/INMETRO) atualizado.	SE	12
6	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÃO TIPO POLIGUINDASTE DUPLO COM MOTORISTA - Caminhão de carga pesado, tipo trucado (03 eixos), tração mínima 6X2, equipado com poliguindaste duplo com capacidade para transporte simultâneo de até 02 (duas) caçambas estacionárias padrão "Brooks" de 5m <sup>3</sup> , sapatas hidráulicas traseiras. Ano de fabricação livre, desde que atestadas as condições de segurança e operabilidade mediante Certificado de Segurança Veicular (CSV/INMETRO) atualizado.	SE	12

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A presente contratação visa suprir a demanda logística indispensável para a execução das atividades finalísticas da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes, notadamente nas frentes de infraestrutura urbana, limpeza, conservação e zeladoria pública. A especificidade da frota composta por caminhão poliguindaste, caminhões basculantes e caminhões de carroceria aberta fundamenta-se na necessidade de transporte de resíduos sólidos, mutirões de limpeza urbana, agregados de construção, apoio a obras de infraestrutura, podas de árvores e manutenção de espaços públicos, entre outros serviços. Tais serviços são classificados como essenciais e contínuos, uma vez que a sua paralisação acarreta prejuízos imediatos à salubridade, à mobilidade urbana e à segurança da coletividade.

2.2. O acervo patrimonial deste ente público apresenta-se quantitativamente insuficiente perante a acentuada e crescente demanda por serviços de infraestrutura e zeladoria urbana. A expansão das frentes de trabalho e a necessidade de maior agilidade no atendimento às demandas da população geraram um volume de ordens de serviço que extrapola a capacidade operacional dos veículos próprios disponíveis. Assim, a contratação externa não decorre apenas da natureza dos veículos, mas da necessidade de ampliação imediata da força de transporte para evitar o represamento de serviços essenciais.

2.3. Fundamentada no princípio da eficiência, a opção pela locação em detrimento da aquisição fundamenta-se na análise do ciclo de vida do objeto. A aquisição de caminhões novos demandaria vultoso aporte inicial de recursos, dos quais o Contratante não dispõe, seguido de uma depreciação acelerada e custos crescentes de manutenção ao longo dos anos. Ao optar pela locação, o erário é preservado dos custos de manutenção de ativos em declínio e da desvalorização patrimonial, garantindo que o pagamento ocorra estritamente pela disponibilidade do serviço.

2.4. A terceirização dos serviços, com a inclusão de condutores e manutenção sob responsabilidade da Contratada, configura-se como uma estratégia de mitigação de riscos administrativos. Esta modalidade transfere ao parceiro privado o ônus da gestão de pessoal



(encargos trabalhistas, previdenciários e substituições), bem como o risco técnico de quebras inesperadas. A exigência de substituição imediata do veículo garante que o serviço público não sofra solução de continuidade, mantendo a produtividade independentemente de falhas mecânicas.

2.5. A responsabilização da Contratada pela manutenção preventiva, corretiva e preditiva assegura que a frota operada por terceiros esteja permanentemente em condições ideais de segurança, sem onerar os contratos de manutenção de frota própria do órgão. A previsão de valor fixo mensal confere previsibilidade orçamentária e assegura que os veículos estejam sempre prontos para o atendimento às demandas ordinárias e extraordinárias, transferindo para a contratada a obrigação de manter a operacionalidade total dos itens locados.

2.6. Em observância aos Princípios da Eficiência e da Economicidade, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes não estabelecerá restrições quanto ao ano de fabricação dos veículos, visando a ampliação da competitividade e a obtenção de propostas mais vantajosas. A opção pela abertura do mercado, sem distinção de ano de fabricação, fundamenta-se na primazia do resultado e na busca pelo menor preço. Entende-se que a efetividade do serviço de transporte não está vinculada à idade do ativo, mas sim ao seu estado de conservação e segurança. A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes desloca o rigor da seleção da “idade cronológica” para a “capacidade técnica operacional”. Para tanto, a garantia da execução será assegurada pela obrigatoriedade de apresentação do Certificado de Segurança Veicular (CSV), em especial com aprovação em testes mecanizados de frenagem (freios) e opacidade (emissões de poluentes), além da previsão de cláusulas rigorosas para substituição imediata de equipamentos em caso de falha. Assim, a higidez da frota será comprovada mediante inspeção técnica periódica do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), garantindo que os veículos atendam minimamente aos padrões de segurança viária e ambiental exigidos. Esta estratégia remove barreiras de entrada e potencializa a participação de licitantes, sendo os riscos operacionais mitigados por sanções contratuais e obrigatoriedade de substituição imediata de veículos que não mantenham a performance exigida. A continuidade do serviço público será resguardada, assegurando que o Município se beneficie de preços competitivos sem comprometer a segurança das operações.

### **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

3.1. A solução que melhor atende aos interesses da Administração Municipal, considerando sua estrutura administrativa e operacional, consiste na contratação de empresas para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÕES DIVERSOS**, com condutor/motorista, destinado ao apoio e execução de atividades finalísticas da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes, notadamente nas frentes de infraestrutura urbana, limpeza, conservação e zeladoria pública (SOLUÇÃO B).

3.2. A contratação tem como finalidade assegurar eficiência, continuidade, segurança e regularidade dos serviços públicos, suprimindo necessidades essenciais da gestão municipal.

3.3. A licitação deverá ser conduzida através da modalidade Pregão em sua forma Eletrônica, observando os princípios da competitividade, isonomia, eficiência, economicidade e busca da proposta mais vantajosa, conforme diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção da forma eletrônica garante ampla participação de várias empresas, maior concorrência, transparência e otimização dos processos de contratação pública, especialmente para serviços contínuos que envolvem operação de equipamentos pesados.

3.4. A escolha do Pregão Eletrônico fundamenta-se na caracterização do objeto como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XXII, da Lei nº 14.133/2021, considerando que possui padrões técnicos, parâmetros de qualidade e desempenho amplamente definidos no mercado, permitindo comparação objetiva e julgamento imparcial das propostas.

3.5. Considerando que a demanda municipal é contínua, variável e condicionada às necessidades operacionais das Secretarias — notadamente nos setores de limpeza urbana, obras e serviços públicos — torna-se impossível prever com precisão o volume total de horas, deslocamentos, coletas e atendimentos durante o período contratual. Por esse motivo, a contratação em regime





de locação com disponibilidade operacional exclusiva configura-se como a forma mais adequada e eficiente, garantindo atendimento imediato, flexível e compatível com as necessidades públicas.

#### **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

##### **4.1. DOS REQUISITOS GERAIS:**

4.1.1. Poderão participar deste processo de contratação todas as pessoas jurídicas de direito privado que atuam no ramo de atividade relacionado ao objeto **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÕES DIVERSOS**, com condutor/motorista, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como atendam à todas as exigências de habilitação previstas no Termo de Referência (TR) e Edital;

4.1.2. As propostas deverão ser cadastradas na plataforma LICITANET® e conterão, obrigatoriamente, a descrição pormenorizada de cada veículo ofertados indicando as especificações mínimas exigidas conforme Termo de Referência (TR) e Edital, marca, modelo, ano, bem como valor unitário e valor total por item, incluídos todos os tributos diretos e indiretos, mão-de-obra, manutenção e toda e quaisquer despesas indispensáveis ao atendimento do contrato.

4.1.3. Com o objetivo de assegurar a mais ampla competitividade e a obtenção da proposta economicamente mais vantajosa para o erário, não haverá restrição quanto ao ano de fabricação dos veículos, priorizando-se a ampla participação e a redução de custos, desde que a sua capacidade operacional e segurança sejam atestadas através de Certificado de Segurança Veicular (CSV) para cada item alocado, emitido por Instituição Técnica Licenciada (ITL) acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), em especial o pleno funcionamento dos sistemas de freios (frenagem) e o controle de emissões (opacidade).

##### **4.2. DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS:**

###### **4.2.1. DA COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE OU ARRENDAMENTO DOS VEÍCULOS:**

4.2.1.1. A licitante vencedora deverá comprovar a disponibilidade legal do veículo ofertado para a execução do contrato, por meio de cópia autenticada do Certificado de Registro do Veículo (CRV) ou, no caso de veículo arrendado ou locado de terceiros, pela apresentação do contrato de arrendamento mercantil (leasing) ou contrato de locação/sublocação do veículo devidamente registrado para vigência compatível com o período da prestação de serviços, além de permitir expressamente a sublocação (se aplicável) ou o uso do veículo para fins comerciais e locação para terceiros.

###### **4.2.2. DA DOCUMENTAÇÃO VEICULAR OBRIGATÓRIA:**

4.2.2.1. Para cada veículo ofertado, a licitante vencedora deverá apresentar documentação veicular obrigatória, comprovando sua regularidade e conformidade com a legislação de trânsito vigente:

4.2.2.1.1. Comprovante de Quitação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA): Deverá estar devidamente quitado, de acordo com o calendário de vencimentos estabelecido para o exercício, demonstrando a adimplência fiscal do veículo.

4.2.2.1.2. Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV-e): Deverá estar devidamente regularizado e com o licenciamento em dia para o exercício atual.

4.2.2.1.3. Comprovante de Quitação do Seguro Obrigatório (DPVAT): Caso aplicável e exigível pela legislação de trânsito para a categoria do veículo, o comprovante de sua quitação deverá ser apresentado.

###### **4.3. DA DISPONIBILIDADE DOS VEÍCULOS:**

4.3.1. A licitante vencedora deverá disponibilizar o veículo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato, assegurando o atendimento contínuo e ininterrupto das necessidades do Município.





4.3.2. O veículo será alocado nas dependências do pátio da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes, situado na Avenida dos Esportes, nº. 212 - Vila Reis, nesta cidade de Fronteira/MG, estando de imediato à disposição para as atividades programadas.

4.3.3. O veículo deverá ser disponibilizado pela licitante vencedora devidamente abastecido, com o tanque de combustível completo. O Contratante se compromete, ao término do contrato, a devolver o veículo devidamente abastecido, com o tanque de combustível completo.

4.3.4. O veículo deverá ser disponibilizado pela licitante vencedora em perfeitas condições gerais de conservação e operação de acordo com a legislação do CONTRAN, e disponível para uso imediato nas ações e operações do Contratante.

4.3.5. A prestação de serviços (SE) compreende a disponibilidade do veículo em tempo integral durante 30 (trinta) dias ininterruptos para fins de faturamento. As estimativas de horas de utilização do veículo têm o caráter meramente informativo, para a perspectiva da formação dos preços para os referidos itens, uma vez que a rotina das utilizações impactará diretamente nos custos com insumos e manutenções dos veículos.

4.3.6. A prestação de serviços terá quilometragem ilimitada, devendo atender integralmente as necessidades demandadas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes, sob coordenação do Secretário Municipal.

4.3.7. A prestação dos serviços será realizada em âmbito municipal, compreendido todo o perímetro urbano e rural deste Município, bem como em trajetos intermunicipais e interestaduais, de acordo com as demandas apresentadas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes.

4.3.7.1. As despesas decorrentes do pagamento de pedágios nos casos de prestação de serviços em âmbito intermunicipal e interestadual, quando aplicáveis, correrão às expensas do Contratante.

4.3.8. As despesas com combustíveis decorrentes dos abastecimentos dos veículos durante a efetiva prestação dos serviços correrão às expensas do Contratante.

4.3.9. Correrão por conta da Contratada, todas as despesas transportes, alimentação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da contratação do veículo e funcionários.

4.3.10. As despesas com a manutenção preventiva e corretiva, reposição/substituição de peças em geral decorrentes das manutenções, lubrificantes, fluidos, filtros, pneus e outras de qualquer natureza relacionadas ao veículo, correrão às expensas da Contratada.

4.3.10.1. As manutenções preventivas deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 07 (sete) dias ao Contratante, de modo a não prejudicar o planejamento e o andamento das operações e rotinas diárias. Preferencialmente, deverão ser realizadas fora dos dias previstos nas escalas de trabalho estabelecidas pela da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes.

4.3.10.2. Caso haja necessidade de manutenção corretiva do veículo, a licitante vencedora deverá providenciar sua substituição por outro veículo com as mesmas características técnicas ou equivalentes, após o decurso de 24 (vinte e quatro) horas de paralisação, sob a pena de subtração dos dias em que o veículo permanecer indisponível, estando o fiscal do contrato obrigado a apontar a ocorrência para deduzir o valor correspondente no próximo faturamento.

#### **4.4. DA DISPONIBILIDADE DO CONDUTOR/MOTORISTA:**

4.4.1. A licitante vencedora deverá disponibilizar 01 (um) condutor/motorista devidamente qualificado como responsável pela operação do veículo, mediante apresentação dos seguintes documentos:

4.4.1.1. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) vigente, obrigatoriamente nas categorias "D" ou "E", conforme Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

4.4.1.2. Comprovante de Vínculo Empregatício formal através de cópia da Ficha de Registro ou Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS digital, ou ainda Contrato de Prestação de Serviços comprovando o vínculo com a licitante vencedora.

4.4.2. O condutor/motorista deverá apresentar-se na sede da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes sito à Avenida dos Esportes, nº. 212 - Vila Reis, devidamente identificado e uniformizado, de segundas às sextas-feiras no horário de expediente compreendido entre as



07:00 e 17:00 horas, com intervalo de 02 (duas) horas para almoço, entre 11:00 e 13:00 horas, conforme escala definida pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes.

4.4.2.1. A escala de trabalho poderá, excepcionalmente, sofrer alterações nos horários e dias conforme a necessidade demandada por serviços essenciais de limpeza, manutenção e conservação, a bem do interesse público, inclusive em finais de semanas e feriados.

4.4.3. As despesas adicionais decorrentes da execução do contrato como funcionários, salários, horas-extras, folha de pagamento, alimentação, deslocamentos, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários e outras de qualquer natureza, correrão às expensas da Contratada.

4.4.4. A mera prestação dos serviços não caracterizará qualquer tipo de vínculo ou responsabilidades, em especial trabalhista, entre os funcionários da Contratada e o Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e/ou subordinação direta.

#### **4.5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E QUALIDADE DOS VEÍCULOS:**

4.5.1. Como condição para a assinatura do contrato e início dos serviços, a Contratada deverá apresentar o Certificado de Segurança Veicular (CSV) para cada item alocado, emitido por Instituição Técnica Licenciada (ITL) acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

4.5.2. A aprovação técnica do veículo deverá comprovar, obrigatoriamente:

4.5.2.1. Segurança Ativa e Passiva: Eficiência de travagem (frenagem), suspensão, direção e iluminação.

4.5.2.2. Conformidade Ambiental: Níveis de emissão de poluentes e ruídos dentro dos parâmetros legais, independentemente do ano de fabricação do motor.

4.5.2.3. O Município reserva-se ao direito de exigir a renovação anual do Certificado de Segurança Veicular (CSV) para cada item alocado, emitido por Instituição Técnica Licenciada (ITL) acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

4.5.3. A ausência de CSV válido ou a reprovação em inspeções periódicas implicará na imediata substituição do veículo por outro de características equivalentes ou superiores, sob pena de aplicação de sanções administrativas por interrupção de serviço essencial.

4.5.4. Em razão da natureza contínua e essencial dos serviços (limpeza, conservação, zeladoria urbana e obras), qualquer veículo que apresente falha mecânica recorrente ou que não seja substituído no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitará a Contratada às sanções previstas em edital, independentemente das justificativas sobre a idade do equipamento.

#### **4.6. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

4.6.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da(s) licitante(s) contratada(s).

#### **4.7. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

4.7.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos bens de consumo a serem fornecidos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os respectivos bens de consumo de forma independente.

### **5. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

#### **5.1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO:**

5.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste Termo de Referência (TR) e Edital e nas normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

#### **5.2. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

5.2.1. O Contratante emitirá Ordem de Serviço (OS) individual com a identificação da Secretaria demandante para cada item licitado, para a disponibilização de cada veículo a ser alocado pela Contratada.

5.2.2. A Contratada deverá disponibilizar o veículo correspondente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da Ordem de Serviços (OS).



5.2.3. O veículo deverá ser entregue no pátio da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes, localizado na Avenida dos Esportes, nº 212 - Vila Reis, município de Fronteira/MG, devidamente abastecido, com o tanque de combustível completo.

5.2.4. O veículo deverá estar em perfeitas condições de operação e segurança, atestado pelo Certificado de Segurança Veicular (CSV), emitido por Instituição Técnica Licenciada (ITL) acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

5.2.5. O veículo entregue passará por inspeção de recebimento para verificação de atendimento às especificações técnicas, imediatamente após o recebimento. Após aprovação, o veículo será cadastrado e encaminhado à Secretaria requisitante.

5.2.6. A inspeção de recebimento contemplará a verificação dos seguintes itens:

5.2.6.1. Documentação de licenciamento (CRLV-e) para o exercício e seguro obrigatório (DPVAT), caso aplicável e exigível pela legislação de trânsito para a categoria do veículo;

5.2.6.2. Motor e parte elétrica, incluindo vidros elétricos (quando aplicável), faróis e lanternas;

5.2.6.3. Freios, embreagem, câmbio, níveis de óleo e água e demais componentes mecânicos essenciais;

5.2.6.4. Pneus, estepe e aros de roda;

5.2.6.5. Limpadores de para-brisa, ar condicionado (quando aplicável), vidros e espelhos retrovisores internos e externos;

5.2.6.6. Condições internas, como bancos, carpetes/tapetes, instrumentos e componentes operacionais;

5.2.6.7. Cintos de segurança conforme normas vigentes;

5.2.6.8. Condições gerais da lataria e pintura;

5.2.6.9. Ferramentas e dispositivos de sinalização obrigatórios (quando aplicável), como chave de rodas, macaco hidráulico, pneu de estepe e triângulo de sinalização.

5.2.7. A inspeção de recebimento deverá ser acompanhada pelo condutor/motorista indicado pela Contratada como responsável pela operação do veículo.

5.2.8. Caso algum item seja reprovado durante a inspeção de recebimento, a Contratada deverá regularizá-lo dentro do prazo previsto para entrega.

5.2.9. Caberá à Contratada a substituição do veículo por outro equivalente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, em caso de defeito que impossibilite sua utilização. O período de inoperância será registrado pelo fiscal e descontado proporcionalmente no faturamento subsequente.

5.2.10. A execução do contrato será monitorada e fiscalizada pelo Contratante, por meio do fiscal designado ou de seus substitutos legais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 6.957/2023.

### **5.3. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

5.3.1. A Ordem de Serviços deverá ser encaminhada à Contratada com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, considerando o prazo para a entrega estabelecido no item "5.2.2.", em relação à data desejada para o recebimento do veículo.

5.3.2. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÕES DIVERSOS, COM CONDUTOR/MOTORISTA, ocorrerá de forma mensal (SE), que compreende 30 dias ininterruptos, contados a partir da data de entrega do veículo.

5.3.3. A prestação dos serviços terá início às 07h00 do 1º (primeiro) dia subsequente a realização da inspeção de recebimento. Ao término de cada período de 30 dias ininterruptos, será considerada uma nova prestação de serviços (SE) por período adicional ou fração.

5.3.3.1. Não será permitido o fracionamento na prestação de serviços (SE), sendo o período mínimo a ser faturado sempre de 30 dias.

### **5.4. DA DISPONIBILIDADE DOS VEÍCULOS:**

5.4.1. O veículo deverá permanecer exclusivamente à disposição e sob responsabilidade do Contratante durante toda a vigência do contrato, de acordo com a respectiva Ordem de Serviços, com quilometragem ilimitada.



5.4.2. A utilização dos veículos se restringirá ao USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO para atendimento das atividades da Secretaria solicitante, sendo vedado o uso para fins particulares.

5.4.3. O veículo será utilizado em atividades diversas de acordo com a demanda da Secretaria solicitante, para uso indistinto, incluindo toda a área urbana e rural do município, cidades circunvizinhas, e referências regionais, estaduais e nacionais, conforme a necessidade.

**5.5. INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E PENALIDADE DE MULTA:**

5.5.1. Sendo o serviço prestado com condutor/motorista fornecido pela Contratada, esta assume integral responsabilidade pelas infrações de trânsito cometidas durante a efetiva execução do contrato.

5.5.2. A Contratada deverá manter o cadastro atualizado dos condutores/motoristas, garantindo a habilitação compatível Carteira Nacional de Habilitação (CNH) vigente, obrigatoriamente nas categorias "D" ou "E", conforme Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

**5.6. MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS:**

5.6.1. A Contratada se comprometerá em manter os veículos em perfeitas condições de uso e segurança, executando todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias (mecânicas, elétricas, de funilaria, pintura e pneus), incluindo a substituição de peças por defeito ou desgaste normal de uso que prejudiquem seu bom desempenho, funcionalidade e segurança.

5.6.2. O Contratante notificará a Contratada sobre qualquer defeito no veículo, comprometendo-se a não efetuar regulagens, consertos ou substituições de peças por conta própria ou de terceiros.

5.6.3. Os profissionais e técnicos da Contratada, desde que devidamente identificados, terão livre acesso ao veículo para fins de execução de consertos ou substituição de peças.

5.6.4. Danos ou avarias no veículo comprovadamente resultantes de uso indevido, imperícia ou negligência por parte dos condutores sob responsabilidade da Contratada, implicarão em custos e responsabilidade às suas expensas.

5.6.5. Os pneus com desgaste normal de uso, caracterizado pelo atingimento do limite indicado pelo "Tread Wear Indicator" (TWI), serão substituídos pela Contratada.

5.6.6. Os pneus que apresentarem danos como cortes, bolhas, deformações, perfurações irreversíveis ou quaisquer outras avarias que comprometam sua segurança ou uso seguro, desde que comprovadamente resultantes de uso indevido, imperícia ou negligência por parte dos condutores sob responsabilidade da Contratada, implicarão em sua substituição às suas expensas.

5.6.7. Quando os veículos necessitarem de serviços de manutenção externa, a Contratada será responsável pela sua retirada e devolução.

5.6.8. A Contratada deverá substituir o veículo retirado para manutenção por outro com as mesmas características mínimas descritas no item "1.3 DAS QUANTIDADES", inclusive quanto às exigências contidas no item "4. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO", em especial o Certificado de Segurança Veicular (CSV), emitido por Instituição Técnica Licenciada (ITL) acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

5.6.9. As limpezas e higienizações do veículo serão de responsabilidade da Contratada.

**5.7. GARANTIA DOS VEÍCULOS:**

5.7.1. A Contratada garante a idoneidade mecânica e documental dos veículos durante todo o contrato, respondendo civil e criminalmente por vícios ocultos ou irregularidades na procedência dos equipamentos (chassi/motor).

**5.8. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

**5.8.1. DO CONTRATANTE:**

5.8.1.1. Formalização do Contrato ou documento equivalente;

5.8.1.2. Encaminhar uma cópia do Contrato, após sua celebração, em até 10 (dez) dias úteis contados da publicação do extrato;

5.8.1.3. Gerenciar o Contrato, monitorando o controle e as Ordens de Serviços, bem como as quantidades e os valores a serem praticados;

5.8.1.4. Solicitar, acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, zelando para que as quantidades permaneçam dentro dos limites estabelecidos;





- 5.8.1.5. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar os procedimentos e a execução dos serviços, podendo rejeitá-los ou não;
- 5.8.1.6. Notificar ao representante da contratada a ocorrência de eventuais imperfeições relacionadas ao objeto contratado, estipulando prazo para sua correção;
- 5.8.1.7. Comunicar, no prazo de 5 (cinco) dias, qualquer descumprimento de obrigação por parte da Contratada, especialmente a recusa em assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 5.8.1.8. Exigir que os documentos fiscais estejam atestados por servidor ou comissão responsável, após o recebimento definitivo dos serviços;
- 5.8.1.9. Atestar nas notas fiscais/fatura o efetiva entrega do serviço contratado;
- 5.8.1.10. Efetuar o pagamento pelos serviços prestados na data de vencimento da fatura;
- 5.8.1.11. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;
- 5.8.1.12. Garantir o cumprimento das obrigações e aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento do Contrato, assegurada a ampla defesa e o contraditório;
- 5.8.1.13. O Contratante terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, a execução do serviço licitado em desacordo com as exigências deste Termo de Referência (TR) dele decorrentes, total ou parcialmente, fixando prazo a seu critério para a devida notificação e regularização;
- 5.8.1.14. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 5.8.2. DA CONTRATADA:**
- 5.8.2.1. Confirmar, de forma imediata e por escrito, o recebimento de Ordem de Serviços (OS) ou documentos similares enviados pelo Contratante.
- 5.8.2.2. Cumprir integralmente as obrigações descritas no Termo de Referência (TR), Edital e seus anexos, assumindo todos os riscos e despesas decorrentes.
- 5.8.2.3. Atender a todas as Ordens de Serviços prontamente, sem postergação por revisão de preço ou fato superveniente.
- 5.8.2.4. Praticar sempre os preços contratados, de acordo com os valores vigentes no mercado.
- 5.8.2.5. Fornecer os veículos no prazo, local e condições especificados, em plena conformidade com os requisitos Termo de Referência (TR), do Edital e da legislação aplicável, incluindo normas de segurança e regulamentações específicas.
- 5.8.2.6. Responsabilizar-se pela entrega dos veículos no local designado, incluindo todos os custos logísticos.
- 5.8.2.7. Garantir a qualidade e conformidade dos veículos durante a execução do contrato, respeitando os padrões especificados.
- 5.8.2.8. Proceder à substituição ou propor a troca dos veículos sempre que forem detectados problemas mecânicos, de desgaste ou qualquer outra deficiência que comprometa a qualidade ou os requisitos de conformidade, mediante solicitação do Contratante
- 5.8.2.9. Corrigir de forma imediata qualquer irregularidade identificada durante a execução dos serviços, garantindo a continuidade e regularidade das obrigações.
- 5.8.2.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação, incluindo a regularidade fiscal e trabalhista, atualizando certidões e documentos e apresentando-os ao setor competente no prazo solicitado.
- 5.8.2.11. Comunicar prontamente ao Contratante quaisquer alterações cadastrais para as devidas atualizações e para assegurar a continuidade do fornecimento.
- 5.8.2.12. Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de cumprimento de obrigações tributárias, trabalhistas e sociais, bem como atender a quaisquer outras exigências legais aplicáveis.
- 5.8.2.13. Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos (sociais, previdenciários, securitários e tributários) relacionados ao pessoal designado para a execução do contrato, inclusive por incidentes ou questões vinculadas à entrega dos veículos e acessórios contratados.



5.8.2.14. Arcar com todas as despesas associadas ao fornecimento dos veículos, incluindo tributos e encargos especificados no ETP e neste instrumento, garantindo o pleno cumprimento das obrigações contratuais.

5.8.2.15. Responder por eventuais danos ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão durante a execução do contrato, assumindo integralmente os valores de reparação.

5.8.2.16. Informar de forma imediata ao Contratante sobre qualquer indisponibilidade ou necessidade de manutenção dos veículos, apresentando comprovação técnica que justifique a impossibilidade de atendimento das obrigações contratuais.

5.8.2.17. O representante da contratada deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.8.2.18. Cumprir rigorosamente as normas e diretrizes estabelecidas pelo Contratante para a execução do contrato, incluindo procedimentos adicionais ou suplementares previstos em lei.

5.8.2.19. Atender com prontidão às determinações emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato, bem como por autoridade superior, fornecendo todas as informações ou documentos necessários para o acompanhamento e controle, em conformidade com o art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021.

5.8.2.20. Garantir o cumprimento de todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhistas, previdenciárias e comerciais previstas na legislação em vigor, sem transferir quaisquer responsabilidades ao Contratante ou a terceiros.

5.8.2.21. Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, os presentes serviços, nem subcontratar a prestação que está obrigada;

5.8.2.22. Observar e cumprir integralmente as disposições constitucionais e legais relativas à proibição do trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, bem como de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

5.8.2.23. Responsabilizar por todas as licenças exigidas para a prestação dos serviços, tanto nas esferas municipais, estaduais e federal;

5.8.2.24. Submeter-se à fiscalização por parte do Município de Fronteira, bem como às disposições legais em vigor;

5.8.2.25. Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações dos serviços, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil Brasileiro e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União;

## **6. DA GESTÃO DO CONTRATO:**

6.1. O Contratante se responsabilizará pela formalização do contrato entre as partes, convocando a licitante declarada vencedora para assinatura no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de homologação do resultado final do certame.

5.8. A licitante declarada vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital. Alternativamente a convocação para comparecer perante a sede administrativa da Prefeitura de Fronteira/MG localizada na Avenida Minas Gerais, nº 110, Centro, CEP 38230-000, para a assinatura do Termo de Contrato ou o aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceito e assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada da licitante declarada vencedora e aceita pelo Contratante.





6.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação. Na hipótese da licitante declarada vencedora não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, o Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

6.4. As comunicações entre o Contratante e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4.1. A Contratada deverá informar um endereço de correio eletrônico (e-mail) juntamente com o nome do responsável pelas comunicações entre as partes;

6.4.2. Será admitido o uso de contato telefônico e mensagens via WhatsApp®, sendo obrigatório à Contratada informar os números e responsáveis por cada canal de comunicação auxiliares;

6.5. O Contratante encaminhará a Ordem de Serviços (OS) via e-mail ou outro meio eficaz, e a Contratada estará obrigada a confirmar o recebimento no prazo máximo de 01 (um) dia útil.

6.5.1. A recusa em confirmar o recebimento da Ordem de Serviços (OS) ou outro instrumento hábil no prazo, sem justificativa por escrito e aceita pelo Contratante, ou a não manutenção das condições de habilitação, sujeitará a Contratada às penalidades cabíveis. Nesses casos, o Contratante poderá convocar os remanescentes, na ordem de classificação, conforme a legislação.

6.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.7. O Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.8. A fiscalização da execução dos serviços será realizada pelo fiscal designado pelo Contratante, ou por seus substitutos, em conformidade com a legislação aplicável.

6.9. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;

6.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização, equipe de apoio ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do contrato;

6.9.1. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e, em sendo o caso, haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

6.9.1.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

6.9.1.2. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

6.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação da qualidade da prestação dos serviços realizados;

6.11. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

6.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis,



além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste termo;

6.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratada ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.15. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

### **7.1. RECEBIMENTO DO OBJETO:**

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a Nota Fiscal e a Ordem de Serviços ou outro instrumento hábil, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (TR) e na proposta;

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência (TR) e na proposta, devendo ser corrigidos imediatamente, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo Contratante após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços executados e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva que comprove o atendimento das exigências contratuais;

7.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências da contratação;

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei Federal nº14.133/2021, comunicando-se à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pelo Contratante durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente;

7.1.7. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar os serviços prestados e o quantitativo efetivamente executado;

### **7.2. PRAZO DE PAGAMENTO:**

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.2.1. o prazo de validade;

7.2.2.2. a data da emissão;

7.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;



7.2.2.5. o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.2.4. O pagamento será efetuado mediante realização dos serviços objetos da presente contratação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após o ateste realizado pela comissão designada pelo Contratante. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo;

### 7.3. FORMA DE PAGAMENTO:

7.3.1. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FTGS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

7.3.2. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas;

7.3.3. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;

7.3.4. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de Internet Banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

7.3.5. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação;

## 8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR:

8.1. A modalidade adotada será o PREGÃO na forma ELETRÔNICA pelo critério de seleção do MENOR PREÇO POR ITEM nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1. O valor global estimado para esta aquisição é de em **R\$ 1.002.150,00 (um milhão dois mil cento e cinquenta reais)**.

## 10. ITENS, DESCRITIVOS, QUANTIDADES e VALORES:

ITE M	DESCRIÇÃO	UN D.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÃO TIPO BASCULANTE COM MOTORISTA - Caminhão de carga pesado, tipo trucado (03 eixos), tração mínima 6X2, equipado com carroceria basculante (caçamba) com capacidade mínima para transporte de até 10 m³ (dez metros cúbicos). Ano de fabricação livre, desde que atestadas as condições de segurança e operabilidade mediante Certificado de Segurança Veicular (CSV/INMETRO) atualizado.	SE	12	R\$ 17.237,50	R\$ 206.850,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÃO TIPO BASCULANTE	SE	12	R\$ 16.637,50	R\$ 199.650,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



	COM MOTORISTA - Caminhão de carga pesado, tipo trucado (03 eixos), tração mínima 6X2, equipado com carroceria basculante (caçamba) com capacidade mínima para transporte de até 10 m <sup>3</sup> (dez metros cúbicos). Ano de fabricação livre, desde que atestadas as condições de segurança e operabilidade mediante Certificado de Segurança Veicular (CSV/INMETRO) atualizado.				
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÃO TIPO BASCULANTE COM MOTORISTA - Caminhão de carga pesado, tipo trucado (03 eixos), tração mínima 6X2, equipado com carroceria basculante (caçamba) com capacidade mínima para transporte de até 10 m <sup>3</sup> (dez metros cúbicos). Ano de fabricação livre, desde que atestadas as condições de segurança e operabilidade mediante Certificado de Segurança Veicular (CSV/INMETRO) atualizado.	SE	12	R\$ 16.387,50	R\$ 196.650,00
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÃO TIPO CARROCERIA ABERTA COM MOTORISTA - Caminhão de carga pesado, tipo trucado (03 eixos), tração mínima 6X2, equipado com carroceria aberta (carga seca) com no mínimo 07 (sete) metros de comprimentos. Ano de fabricação livre, desde que atestadas as condições de segurança e operabilidade mediante Certificado de Segurança Veicular (CSV/INMETRO) atualizado.	SE	12	R\$ 9.375,00	R\$ 112.500,00
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÃO TIPO CARROCERIA ABERTA COM MOTORISTA - Caminhão de carga pesado, tipo trucado (03 eixos), tração mínima 6X2, equipado com carroceria aberta (carga seca) com no mínimo 07 (sete) metros de comprimentos. Ano de fabricação livre, desde que atestadas as condições de segurança e operabilidade mediante Certificado de Segurança Veicular (CSV/INMETRO) atualizado.	SE	12	R\$ 9.125,00	R\$ 109.500,00
6	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÃO TIPO POLIGUINDASTE DUPLO COM MOTORISTA - Caminhão de carga pesado, tipo trucado (03 eixos), tração mínima 6X2, equipado com poliguindaste duplo com capacidade para transporte simultâneo de até 02 (duas) caçambas estacionárias padrão "Brooks" de 5m <sup>3</sup> , sapatas hidráulicas traseiras. Ano de	SE	12	R\$ 14.750,00	R\$ 177.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



	fabricação livre, desde que atestadas as condições de segurança e operabilidade mediante Certificado de Segurança Veicular (CSV/INMETRO) atualizado.				
--	--	--	--	--	--

R\$  
**1.002.150,00**

### 11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

11.1. Ficará a cargo da senhora FLORISVALDO APARECIDO RAVAGNANI – Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Transportes, a gestão do contrato.

11.2. Ficará à cargo do senhor PEDRO MARTINS DE SANTANA – Supervisor do Setor de Controle de Frota, a fiscalização do contrato.

### 12. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. Cabe à autoridade competente assegurar um ambiente íntegro e confiável, garantir o alinhamento das contratações às normas orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia nas aquisições. A fase preparatória das contratações estará condicionada à existência de recursos nas leis orçamentárias, assim como às análises técnicas, mercadológicas e de gestão que possam impactar na aquisição, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

12.2. A Lei Municipal nº 2.161, de 15 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2026, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a aquisição demandada, como segue:

Órgão: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA.**

Unidade Orçamentária: **SEC. MUN. DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES.**

Função: **URBANISMO.**

Subfunção: **SERVIÇOS URBANOS.**

Programa: **MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO URBANA.**

Projeto/Atividade: **VIGILÂNCIA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.**

Elemento de Despesa: **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.**

Subelemento da Despesa: **LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.**

Valor orçado disponível: **R\$ 1.002.150,00 (um milhão dois mil cento e cinquenta reais).**

Recurso: **1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS E IMPOSTOS.** (Portaria STN nº 710/2021 atualizada)

FRONTEIRA-MG, 30 de janeiro de 2026.

**FLORISVALDO APARECIDO RAVAGNANI**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES**





ANEXO II  
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_  
PREGÃO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_  
CONTRATO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_

O **MUNICÍPIO DE FRONTEIRA**, com sede administrativa na Av. Minas Gerais nº 110, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 18.449.140/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SERGIO PAULO CAMPOS, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ – Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ – UF, inscrita no CNPJ/MF N. \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, (qualificação completa), \_\_\_\_\_ (endereço), e-mail institucional: \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do Processo Administrativo nº. 0033323, modalidade Pregão Eletrônico nº. 007/2026 e pelas condições que estipulam a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS CAMINHÕES DIVERSOS, COM MOTORISTA, A SEREM UTILIZADOS NO APOIO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DESTA MUNICIPALIDADE.**

1.1. Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Processo Administrativo nº 0033323, Pregão Eletrônico nº 007/2026, bem como a proposta da CONTRATADA, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

1.2. A execução do objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o descrito no Termo de referência e no edital e demais anexos, que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

1.3. O veículo utilizado na prestação de serviços será o seguinte:

MARCA:	
MODELO:	
CAPACIDADE:	
CATEGORIA:	
ANO DE FABRICAÇÃO:	
ANO MODELO:	
PLACA:	

**CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR GLOBAL DO CONTRATO** - O valor global deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_, correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA.

2.1. No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, conforme o caso.





2.2. Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA** - O prazo de vigência do Contrato Administrativo será até 01 (um) ano, com início em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026 e término previsto para o dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2027.

3.1. O prazo do contrato administrativo poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, de acordo com o art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO** - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no valor de R\$ \_\_\_\_\_.  
(\_\_\_\_\_).

4.1. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal conforme legislação vigente.

4.2. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

4.3. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

**CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTAMENTO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Gerenciador do contrato administrativo, do índice IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Órgão Gestor pagará à Detentora DO CONTRATO ADMINISTRATIVO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

5.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços, a requerente deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá ser comprovado cabalmente que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

5.4. Caso a Contratada seja fabricantes do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

5.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a empresa Detentora da Ata não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.



5.6. A Contratada quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

**CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 06 – SEC. MUN. DE ASSIST. SOCIAL E PROM. HUMANA/FMAS

Função: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Subfunção: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 1002 – BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA

Projeto/Atividade: 2025 – GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Elemento de Despesa: 3.3.90.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Fonte de Recurso: 1660 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

**CLÁUSULA SÉTIMA - EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**7.1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO:**

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas no Termo de Referência (TR) e Edital e nas normas da [Lei nº 14.133/2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**7.2. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

7.2.1. O Contratante emitirá Ordem de Serviço (OS) individual com a identificação da Secretaria demandante para cada item licitado, para a disponibilização de cada veículo a ser alocado pela Contratada;

7.2.2. A Contratada deverá disponibilizar o veículo correspondente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da Ordem de Serviços (OS);

7.2.3. O veículo deverá ser entregue no pátio da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes, localizado na Avenida dos Esportes, nº 212 - Vila Reis, município de Fronteira/MG, devidamente abastecido, com o tanque de combustível completo;

7.2.4. O veículo deverá estar em perfeitas condições de operação e segurança, atestado pelo Certificado de Segurança Veicular (CSV), emitido por Instituição Técnica Licenciada (ITL) acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;

7.2.5. O veículo entregue passará por inspeção de recebimento para verificação de atendimento às especificações técnicas, imediatamente após o recebimento. Após aprovação, o veículo será cadastrado e encaminhado à Secretaria requisitante;

7.2.6. A inspeção de recebimento contemplará a verificação dos seguintes itens:

7.2.6.1. Documentação de licenciamento (CRLV-e) para o exercício e seguro obrigatório (DPVAT), caso aplicável e exigível pela legislação de trânsito para a categoria do veículo;

7.2.6.2. Motor e parte elétrica, incluindo vidros elétricos (quando aplicável), faróis e lanternas;

7.2.6.3. Freios, embreagem, câmbio, níveis de óleo e água e demais componentes mecânicos essenciais;

7.2.6.4. Pneus, estepe e aros de roda;



7.2.6.5. Limpadores de para-brisa, ar condicionado (quando aplicável), vidros e espelhos retrovisores internos e externos;

7.2.6.6. Condições internas, como bancos, carpetes/tapetes, instrumentos e componentes operacionais;

7.2.6.7. Cintos de segurança conforme normas vigentes;

7.2.6.8. Condições gerais da lataria e pintura;

7.2.6.9. Ferramentas e dispositivos de sinalização obrigatórios (quando aplicável), como chave de rodas, macaco hidráulico, pneu de estepe e triângulo de sinalização.

7.2.7. A inspeção de recebimento deverá ser acompanhada pelo condutor/motorista indicado pela Contratada como responsável pela operação do veículo;

7.2.8. Caso algum item seja reprovado durante a inspeção de recebimento, a Contratada deverá regularizá-lo dentro do prazo previsto para entrega;

7.2.9. Caberá à Contratada a substituição do veículo por outro equivalente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, em caso de defeito que impossibilite sua utilização. O período de inoperância será registrado pelo fiscal e descontado proporcionalmente no faturamento subsequente;

7.2.10. A execução do contrato será monitorada e fiscalizada pelo Contratante, por meio do fiscal designado ou de seus substitutos legais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 6.957/2023.

### **7.3. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

7.3.1. A Ordem de Serviços deverá ser encaminhada à Contratada com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, considerando o prazo para a entrega estabelecido no item “7.2.2.”, em relação à data desejada para o recebimento do veículo;

7.3.2. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL COM CAMINHÕES DIVERSOS, COM CONDUTOR/MOTORISTA, ocorrerá de forma mensal (SE), que compreende 30 dias ininterruptos, contados a partir da data de entrega do veículo;

7.3.3. A prestação dos serviços terá início às 07h00 do 1º (primeiro) dia subsequente a realização da inspeção de recebimento. Ao término de cada período de 30 dias ininterruptos, será considerada uma nova prestação de serviços (SE) por período adicional ou fração;

7.3.3.1. Não será permitido o fracionamento na prestação de serviços (SE), sendo o período mínimo a ser faturado sempre de 30 dias;

### **7.4. DA DISPONIBILIDADE DOS VEÍCULOS:**

7.4.1. O veículo deverá permanecer exclusivamente à disposição e sob responsabilidade do Contratante durante toda a vigência do contrato, de acordo com a respectiva Ordem de Serviços, com quilometragem ilimitada;

7.4.2. A utilização dos veículos se restringirá ao USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO para atendimento das atividades da Secretaria solicitante, sendo vedado o uso para fins particulares;



7.4.3. O veículo será utilizado em atividades diversas de acordo com a demanda da Secretaria solicitante, para uso indistinto, incluindo toda a área urbana e rural do município, cidades circunvizinhas, e referências regionais, estaduais e nacionais, conforme a necessidade.

#### **7.5. INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E PENALIDADE DE MULTA:**

7.5.1. Sendo o serviço prestado com condutor/motorista fornecido pela Contratada, esta assume integral responsabilidade pelas infrações de trânsito cometidas durante a efetiva execução do contrato;

7.5.2. A Contratada deverá manter o cadastro atualizado dos condutores/motoristas, garantindo a habilitação compatível Carteira Nacional de Habilitação (CNH) vigente, obrigatoriamente nas categorias "D" ou "E", conforme Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

#### **7.6. MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS:**

7.6.1. A Contratada se comprometerá em manter os veículos em perfeitas condições de uso e segurança, executando todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias (mecânicas, elétricas, de funilaria, pintura e pneus), incluindo a substituição de peças por defeito ou desgaste normal de uso que prejudiquem seu bom desempenho, funcionalidade e segurança;

7.6.2. O Contratante notificará a Contratada sobre qualquer defeito no veículo, comprometendo-se a não efetuar regulagens, consertos ou substituições de peças por conta própria ou de terceiros;

7.6.3. Os profissionais e técnicos da Contratada, desde que devidamente identificados, terão livre acesso ao veículo para fins de execução de consertos ou substituição de peças;

7.6.4. Danos ou avarias no veículo comprovadamente resultantes de uso indevido, imperícia ou negligência por parte dos condutores sob responsabilidade da Contratada, implicarão em custos e responsabilidade às suas expensas;

7.6.5. Os pneus com desgaste normal de uso, caracterizado pelo atingimento do limite indicado pelo "Tread Wear Indicator" (TWI), serão substituídos pela Contratada;

7.6.6. Os pneus que apresentarem danos como cortes, bolhas, deformações, perfurações irreversíveis ou quaisquer outras avarias que comprometam sua segurança ou uso seguro, desde que comprovadamente resultantes de uso indevido, imperícia ou negligência por parte dos condutores sob responsabilidade da Contratada, implicarão em sua substituição às suas expensas;

7.6.7. Quando os veículos necessitarem de serviços de manutenção externa, a Contratada será responsável pela sua retirada e devolução;

7.6.8. A Contratada deverá substituir o veículo retirado para manutenção por outro com as mesmas características mínimas descritas no item "1.3 DAS QUANTIDADES", inclusive quanto às exigências contidas no item "4. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO", do Termo de Referência, em especial o Certificado de Segurança Veicular (CSV), emitido por Instituição Técnica Licenciada (ITL) acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;

7.6.9. As limpezas e higienizações do veículo serão de responsabilidade da Contratada.

#### **7.7. GARANTIA DOS VEÍCULOS:**

7.7.1. A Contratada garante a idoneidade mecânica e documental dos veículos durante todo o contrato, respondendo civil e criminalmente por vícios ocultos ou irregularidades na procedência dos equipamentos (chassi/motor).



**7.8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

7.8.1. Formalização do Contrato ou documento equivalente;

7.8.2. Encaminhar uma cópia do Contrato, após sua celebração, em até 10 (dez) dias úteis contados da publicação do extrato;

7.8.3. Gerenciar o Contrato, monitorando o controle e as Ordens de Serviços, bem como as quantidades e os valores a serem praticados;

7.8.4. Solicitar, acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, zelando para que as quantidades permaneçam dentro dos limites estabelecidos;

7.8.5. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar os procedimentos e a execução dos serviços, podendo rejeitá-los ou não;

7.8.6. Notificar ao representante da contratada a ocorrência de eventuais imperfeições relacionadas ao objeto contratado, estipulando prazo para sua correção;

7.8.7. Comunicar, no prazo de 5 (cinco) dias, qualquer descumprimento de obrigação por parte da Contratada, especialmente a recusa em assinar o contrato no prazo estabelecido;

7.8.8. Exigir que os documentos fiscais estejam atestados por servidor ou comissão responsável, após o recebimento definitivo dos serviços;

7.8.9. Atestar nas notas fiscais/fatura o efetiva entrega do serviço contratado;

7.8.10. Efetuar o pagamento pelos serviços prestados na data de vencimento da fatura;

7.8.11. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

7.8.12. Garantir o cumprimento das obrigações e aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento do Contrato, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

7.8.13. O Contratante terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, a execução do serviço licitado em desacordo com as exigências deste Termo de Referência (TR) dele decorrentes, total ou parcialmente, fixando prazo a seu critério para a devida notificação e regularização;

7.8.14. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

7.8.15. Assumir as despesas com combustíveis decorrentes dos abastecimentos dos veículos durante a efetiva prestação dos serviços.

**7.9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

7.9.1. Confirmar, de forma imediata e por escrito, o recebimento de Ordem de Serviços (OS) ou documentos similares enviados pelo Contratante;

7.9.2. Cumprir integralmente as obrigações descritas no Termo de Referência (TR), Edital e seus anexos, assumindo todos os riscos e despesas decorrentes;





7.9.3. Atender a todas as Ordens de Serviços prontamente, sem postergação por revisão de preço ou fato superveniente;

7.9.4. Praticar sempre os preços contratados, de acordo com os valores vigentes no mercado;

7.9.5. Fornecer os veículos no prazo, local e condições especificados, em plena conformidade com os requisitos Termo de Referência (TR), do Edital e da legislação aplicável, incluindo normas de segurança e regulamentações específicas;

7.9.6. Responsabilizar-se pela entrega dos veículos no local designado, incluindo todos os custos logísticos;

7.9.7. Garantir a qualidade e conformidade dos veículos durante a execução do contrato, respeitando os padrões especificados;

7.9.8. Proceder à substituição ou propor a troca dos veículos sempre que forem detectados problemas mecânicos, de desgaste ou qualquer outra deficiência que comprometa a qualidade ou os requisitos de conformidade, mediante solicitação do Contratante;

7.9.9. Corrigir de forma imediata qualquer irregularidade identificada durante a execução dos serviços, garantindo a continuidade e regularidade das obrigações;

7.9.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação, incluindo a regularidade fiscal e trabalhista, atualizando certidões e documentos e apresentando-os ao setor competente no prazo solicitado;

7.9.11. Comunicar prontamente ao Contratante quaisquer alterações cadastrais para as devidas atualizações e para assegurar a continuidade do fornecimento;

7.9.12. Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de cumprimento de obrigações tributárias, trabalhistas e sociais, bem como atender a quaisquer outras exigências legais aplicáveis;

7.9.13. Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos (sociais, previdenciários, securitários e tributários) relacionados ao pessoal designado para a execução do contrato, inclusive por incidentes ou questões vinculadas à entrega dos veículos e acessórios contratados;

7.9.14. Arcar com todas as despesas associadas ao fornecimento dos veículos, incluindo tributos e encargos especificados no ETP e neste instrumento, garantindo o pleno cumprimento das obrigações contratuais;

7.9.15. Responder por eventuais danos ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão durante a execução do contrato, assumindo integralmente os valores de reparação;

7.9.16. Informar de forma imediata ao Contratante sobre qualquer indisponibilidade ou necessidade de manutenção dos veículos, apresentando comprovação técnica que justifique a impossibilidade de atendimento das obrigações contratuais;

7.9.17. O representante da contratada deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021;





7.9.18. Cumprir rigorosamente as normas e diretrizes estabelecidas pelo Contratante para a execução do contrato, incluindo procedimentos adicionais ou suplementares previstos em lei;

7.9.19. Atender com prontidão às determinações emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato, bem como por autoridade superior, fornecendo todas as informações ou documentos necessários para o acompanhamento e controle, em conformidade com o art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021;

7.9.20. Garantir o cumprimento de todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhistas, previdenciárias e comerciais previstas na legislação em vigor, sem transferir quaisquer responsabilidades ao Contratante ou a terceiros;

7.9.21. Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, os presentes serviços, nem subcontratar a prestação que está obrigada;

7.9.22. Observar e cumprir integralmente as disposições constitucionais e legais relativas à proibição do trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, bem como de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

7.9.23. Responsabilizar por todas as licenças exigidas para a prestação dos serviços, tanto nas esferas municipais, estaduais e federal;

7.9.24. Submeter-se à fiscalização por parte do Município de Fronteira, bem como às disposições legais em vigor;

7.9.7. Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações dos serviços, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil Brasileiro e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União;

**CLÁUSULA OITAVA - ACRÉSCIMOS E /OU REDUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO –**

A Contratada será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA NONA - EXTINÇÃO CONTRATUAL** - Constituirão motivos para extinção do contrato as seguintes situações:

9.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

9.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

9.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

9.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;



9.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

9.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

9.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

9.9. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

9.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

9.10. Serão observados na rescisão do contrato os termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

9.11. A rescisão deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES** - A contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

10.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

10.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

10.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

10.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

10.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

10.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

10.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

10.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

10.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

10.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

10.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



11.1. Advertência;

11.2. Multa;

11.3. Impedimento de licitar e contratar e;

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

11.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

11.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

11.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 29% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

11.6.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1 à 10.6 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

11.6.2. Para as infrações previstas nos itens 10.7 a 10.11 deste Edital, a multa será de 15% à 9% do valor do contrato licitado.

11.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.

11.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

11.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1 à 10.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 10.7 à 10.11 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1 à 10.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



11.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

11.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;

11.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:** Ficará a cargo do senhor FLORISVALDO APARECIDO RAVAGNANI – Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Transportes, a gestão do contrato.

12.1. Ficará à cargo do senhor PEDRO MARTINS DE SANTANA – Supervisor do Setor de Controle de Frota, a fiscalização do contrato.

12.2. As obrigações decorrentes desta licitação deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, *caput*).

12.3. A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato administrativo ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*), que:

12.3.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

12.3.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CESSÃO** - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** - O presente contrato é regido pela Lei n.º 14.133/21, Decreto n.º 6.956/2023, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Processo n.º 0033323, Pregão Eletrônico n.º 007/2026.

**14.1** - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RETENÇÃO DO IRRF -** *Conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1334, de 11 de janeiro de 2013, Decisão Supremo Tribunal Federal - Tema 1130 de 08 de outubro de 2021 Recurso Extraordinário nº 1.293.453 e IN 2145 de 26 de junho de 2023: ficam os municípios OBRIGADOS a efetuar a retenção, na fonte, do Imposto de Renda;*

*15.1 - Portanto, o Município de Fronteira/MG; efetuará as RETENÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO DE RENDA incidente sobre a aquisição em tela, devendo o credor efetuar o devido destaque da retenção nas notas fiscais, conforme consta na IN da RFB nº 1334/2013 e seu anexo I, como condição para recebimento dos valores.*

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO** - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Frutal/MG; com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Fronteira/MG; \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

MUNICIPIO DE FRONTEIRA  
SÉRGIO PAULO CAMPOS  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

FLORISVALDO APARECIDO RAVAGNANI  
Gestor do Contrato Administrativo

PEDRO MARTINS DE SANTANA  
Fiscal do Contrato Administrativo

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:





ANEXO III  
MINUTA DA PROPOSTA ATUALIZADA

PROCESSO Nº 0033323

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS CAMINHÕES DIVERSOS, COM MOTORISTA, A SEREM UTILIZADOS NO APOIO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DESTE MUNICÍPIO.

Número do edital:					
Órgão comprador:					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA / MODELO	Vr. Unitário	Vr. Total
01					
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):					
<p>DECLARAMOS QUE: DECLARAMOS QUE:</p> <p>(     ) Estamos ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior;</p> <p>(     ) A proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;</p> <p>(     ) Não incorremos nas condições impeditivas do art. 9º, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p>(     ) Estamos enquadrados como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos conhecemos na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.</p>					
Data:					



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

PROCESSO Nº 0033323

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS CAMINHÕES DIVERSOS, COM MOTORISTA, A SEREM UTILIZADOS NO APOIO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DESTE MUNICÍPIO.

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20XX.

Representante Legal: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante e o Carimbo do CNPJ da Licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



**ANEXO V**

**MINUTA DA DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS PCD**

**PROCESSO Nº 0033323**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS CAMINHÕES DIVERSOS, COM MOTORISTA, A SEREM UTILIZADOS NO APOIO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DESTE MUNICÍPIO.**

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência – PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



**ANEXO VI**

**MINUTA DA DECLARAÇÃO PROPOSTA ECONÔMICA INTEGRA CUSTOS PARA  
ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS.**

**PROCESSO Nº 0033323**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS CAMINHÕES DIVERSOS, COM MOTORISTA, A SEREM UTILIZADOS NO APOIO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DESTE MUNICÍPIO.**

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para todos fins que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



**AVISO DE EDITAL  
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**PROCESSO Nº 0033323  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

A Prefeitura Municipal de Fronteira torna público que às 08h30min do dia 23 DE FEVEREIRO DE 2026, fará realizar através da **LICITANET** através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), Pregão Eletrônico objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS CAMINHÕES DIVERSOS, COM MOTORISTA, A SEREM UTILIZADOS NO APOIO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DESTE MUNICÍPIO.**

O Edital encontra-se disponível no site oficial do Município [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas junto à Pregoeira, no endereço acima referido. Telefone 34-3199 - 9990 - Ramal - 1413.

FRONTEIRA, 02 de fevereiro de 2026.

MÁRCIO ANTONIO FERREIRA  
Agente de Contratação